

CÓDIGO DA VIDA – LITÍGIO JUDICIAL DE UMA FAMÍLIA: ALÉM DAS NORMAS LEGAIS TAMBÉM EXISTE JUSTIÇA

Danielly Borguezan¹

Alairon Antônio Maron Junior²

Romilda Terezinha Zanetti Schramm³

O livro “Código da Vida”, lançado em 2007, pelo então desembargador do estado de São Paulo, José Saulo Pereira Ramos (1929-2013), é surpreendente pela redação literária, agradável, clara, e de encadeamento fantástico. Sua obra prende a atenção do leitor ao intercalar passagens históricas e marcantes do nosso país, além de relatos, experiências profissionais, e a descrição retrospectiva da vida do autor, desde sua infância – quando nasceu no interior de São Paulo e começou a vida profissional como caminhoneiro e também jornalista, até ingressar na advocacia, que considerou sua verdadeira paixão e sacerdócio. Referida obra, também destaca suas principais contribuições enquanto exerceu o cargo de Consultor Geral da República e Ministro da Justiça, além de manter como carro chefe, os detalhes de um caso de família por ele atendido, enquanto advogado. Este último é utilizado, para manter o suspense durante toda a obra, citando reminiscências abordadas de forma leve, mas, encadeadas, enquanto o caso é discutido numa das varas de família em São Paulo.

Neste sentido, a obra anuncia um aspecto de extrema relevância com relação à atuação do Poder Judiciário em processos de família e a discussão em juízo em função da guarda dos filhos menores – neste caso, com alegação materna de assédio por parte do pai, aos filhos. A solução encontrada pelo juiz fora pautada em provas trazidas aos autos, sendo no caso, forjadas por uma das partes. A

¹ Mestra em Desenvolvimento Regional e graduada em Direito pela Universidade do Contestado. Advogada e professora da Escola Técnica Dama e da Universidade do Contestado. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, membra do Grupo de Estudo em Giorgio Agamben – Universidade do Contestado e bolsista do Programa do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3900481065998532>.

² Graduando em Direito pela Universidade do Contestado.

³ Graduanda em Direito pela Universidade do Contestado.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XI Jan-jun 2015	Trabalho 08 Páginas 118-121
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

falsidade das mesmas só foi possível apurar, posteriormente, através de inspeção judicial e depoimentos dos menores em juízo. Observa-se não raras vezes, que o Judiciário ao limitar-se às provas produzidas nos autos, sem valer-se do auxílio técnico de psicólogos ou de inspeções judiciais (imprescindíveis muitas vezes para decisões nos casos de família), tendem a não oferecer a solução mais adequada. Não se trata de uma crítica ao Judiciário, pois na peculiaridade de litígios familiares, vê-se o mesmo às voltas de dificuldades a ponto de gerar até mesmo a sensação de impotência às partes – a exemplo disso, o próprio casal quando se depara frente à sua separação litigiosa, normalmente não vislumbra o óbvio: que não haverá um ganhador, mas talvez, só perdedores, em se tratando de partes intransigentes.

Na prática, em tais ações, muitas vezes promovida pela falta de amadurecimento das partes envolvidas, incitam uma companha negativa ou numa empreitada de deixar o outro desprovido de bens, quando não em divisão desproporcional dos mesmos, ou dificultando e até impedindo inclusive o contato com os filhos, como forma de punição pelo término do relacionamento. Sentem a sensação de fracasso em torno de um projeto de vida “planejado” e por isso a necessidade de encontrar o culpado. Evidentemente há exceções, contudo, há casos infelizmente frequentes, nos quais um dos cônjuges apresenta comportamento inclusive desumano em detrimento do outro. Saulo Ramos traz para o livro esta realidade. Uma mãe possuidora de doença psíquica, em sua sede de vingança, não hesita em ferir os próprios filhos, para atingir seu ex-companheiro.

No caso de “O Código da Vida”, a decisão do caso relatado na obra, registra exatamente a realidade ora comentada. O Magistrado, ao final do caso em tela, discorre com grande erudição sobre a doença mental da mãe, demonstrando que esta poderia por um lado influenciar de forma negativa na criação dos filhos, ao mesmo tempo, que em função deste distúrbio também não poderiam os menores serem privados da presença e do afeto da genitora. Na decisão prolatada, houve a consideração do erro da mulher em pretender vingar-se do ex-marido utilizando-se dos filhos como instrumento de sua futilidade, ao passo que também fora considerado, e de forma não menos importante a razão patológica. Ademais, considerando que os menores precisavam do amor da mãe, a situação, exigia,

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XI Jan-jun 2015	Trabalho 08 Páginas 118-121
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

dentro do possível, solução que assegurasse estas condições básicas, “proteção contra um mal e preservação de um bem.”

Ao lermos a sentença, percebemos que há emocionantes considerações sobre a família, e pontuações sobre as obrigações de pai e mãe, num ambiente em que os filhos devem crescer com amor e equilíbrio, enriquecido com citações de Sêneca, jurista da Roma antiga: “Si vis amari, ama” (se quiser ser amado, ama)⁴. Isto é, não bastaria afastar os menores da mãe, estas precisavam ser educadas com amor e ter exemplos para formarem uma boa personalidade.

O autor, nesse sentido, com muita acuidade aborda a sensibilidade do juiz ao conduzir o processo, ao buscar medidas ativas, sem prender-se apenas às provas produzidas nos autos. Da mesma fora, alerta para a atuação advocatícia, para que advogados se responsabilizem pelos efeitos de suas “peças”, formais e acadêmicas, capazes de comprometer o resultado da demanda. Lamentavelmente, há despreparo e insensibilidade de muitos profissionais, conclui o autor. Outrossim, também observa que se entre o casal não foi mais possível a convivência harmônica conjunta, pelo menos que busquem fazê-lo enquanto separados. E neste sentido, também compete aos advogados, que tratam mais diretamente com as partes, o aconselhamento, assim os profissionais comprometem-se em entregar a melhor prestação jurisdicional aos seus clientes e também a comunidade da qual sem dúvida pertencem.

É importante frisar que a obra de Saulo Ramos, absolutamente não se restringe em contar a história de um caso de família que deu causa as reflexões ora expostas. Longe disto. O livro utiliza o caso de família para manter como fio condutor e prender a atenção do leitor para uma multiplicidade de abordagens, que vão desde passagens da vida do autor no aspecto pessoal e político, até situações hilariantes enquanto profissional, bem como relatos históricos, todos veiculadas de forma muito agradável de contato com a história brasileira, anunciadas ao leitor. A obra é cativante. O livro, com seu desfecho final sensacional, inspira e surpreende. Recomenda-se para advogados, magistrados e operadores do Direito de modo geral, para que a Ciência do Direito não seja em todos os casos apenas

⁴ RAMOS, Saulo. Código da Vida. São Paulo - Editora Planeta do Brasil, 2007. p. 430

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XI Jan-jun 2015	Trabalho 08 Páginas 118-121
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

BORGUEZAN, Danielly; MARON JUNIOR, Alairon Antônio; SCHRAMM, Romilda Terezinha Zanetti. Código da Vida – Litígio Judicial de uma Família: Além das Normas Legais Também Existe Justiça.

cumprimentos de regras positivadas, mas que a solução almejada seja a melhor possível, nem que para alcançá-la seja necessário buscar todas as formas para fazer renascer os sentimentos bons dentro das pessoas, tais como o amor e a esperança.

REFERÊNCIAS

RAMOS, Saulo. Código da Vida. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007. p. 430.

RAMOS, Saulo. Jurista: Autobiografia. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007. p. 467.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número XI Jan-jun 2015	Trabalho 08 Páginas 118-121
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	